

A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ

Guilherme Freitas Ewald Strauch

Superintendência de Desenvolvimento Sustentável – Secretaria de Agricultura
Abastecimento e Pesca do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil

e-mail: gstrauch58@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da permanência do campesinato no mundo atual, e da ampla diversidade de suas formas e estratégias de resistência frente aos intensos processos de territorialização do capital. Destaca a necessidade de analisar a ampla pluralidade e heterogeneidade da presença do campesinato, bem como a multidimensionalidade existente relacionadas às suas dinâmicas nos territórios. O objetivo deste artigo é descrever parte da história social do campesinato em Paraty/RJ, identificando as formas e as estratégias de resistência camponesa presentes nesse território nas últimas 6 décadas. A metodologia empregada privilegiou o aspecto qualitativo da pesquisa, de valorização dos camponeses como sujeitos da história. Os resultados apontam para a existência de um campesinato multicultural, heterogêneo, mas possuidor de diversas características comuns. Neste território, as estratégias de resistência camponesa ao avanço do capital têm sido variadas, e têm ocorrido desde o interior das unidades de produção e consumo, no cotidiano, e se ampliam para aquelas exercidas de forma coletiva, pelos movimentos sociais, em fóruns e espaços de gestão social, e através das redes temáticas e de articulação política.

Palavras chave: Territorialização; resistência camponesa; movimentos sociais; multiculturalidade.

The territorialization of capital and peasant resistance strategies in Paraty/RJ

Abstract

This article deals with the permanence of the peasantry in the present world, and the wide diversity of its forms and strategies of resistance against the intense processes of capital territorialization. It highlights the need to analyze the wide plurality and heterogeneity of the presence of the peasantry, as well as the multidimensionality that exists in relation to its dynamics in the territories. The objective of this article is to describe part of the social history of the peasantry in Paraty/RJ, identifying the forms and strategies of peasant resistance present in this territory in the last six decades. The methodology used privileged the qualitative aspect of the research, of valorization of the peasants as subjects of history. The results point to the existence of a multicultural peasantry, heterogeneous and possessing several common characteristics. In this territory, strategies of peasant resistance to the advance of capital have been varied and have occurred from the interior of the production and consumption units, in the daily life, and are extended to those exercised collectively, by social movements, in forums and spaces social management, and through thematic networks and political articulation.

Keywords: Territorialization; peasantry resistance; social movements; multiculturalism.

La territorialización del capital y las estrategias de resistencia campesina en Paraty/RJ

Resumen

Este artículo trata de la permanencia del campesinado en el mundo actual, y de la amplia diversidad de sus formas y estrategias de resistencia frente a los intensos procesos de territorialización del capital. Destaca la necesidad de analizar la amplia pluralidad y heterogeneidad de la presencia del campesinado, así como la multidimensionalidad existente relacionada con sus dinámicas en los territorios. El objetivo de este artículo es describir parte de la historia social del campesinado en Paraty/RJ, identificando las formas y las estrategias de resistencia campesina presentes en ese territorio en las últimas seis décadas. La metodología empleada privilegió el aspecto cualitativo de la investigación, de valorización de los campesinos como sujetos de la historia. Los resultados apuntan a la existencia de un campesinado multicultural, heterogéneo y poseedor de diversos rasgos comunes. En este territorio, las estrategias de resistencia campesina al avance del capital han sido variadas, y han ocurrido desde el interior de las unidades de producción y consumo, en el cotidiano, y se amplían para aquellas ejercidas de forma colectiva, por los movimientos sociales, en foros y espacios de gestión social, ya través de las redes temáticas y de articulación política.

Palabras clave: Territorialización; resistencia campesina; movimientos sociales; multiculturalidad.

Introdução

Este artigo trata da permanência do campesinato no mundo atual, e da ampla diversidade de suas formas e estratégias de resistência frente aos intensos processos de territorialização do capital. Destaca a necessidade de analisar a ampla pluralidade e heterogeneidade da presença do campesinato, bem como a multidimensionalidade existente relacionadas às suas dinâmicas.

A identificação e a análise da variedade das formas de vínculo com a terra, das estratégias de reprodução social e de obtenção de renda monetária, dos modos de apropriação dos recursos naturais e da diversificação produtiva existentes, têm grande relevância para a compreensão das estratégias de resistência e permanência histórica do campesinato nos territórios.

O objetivo deste artigo é descrever parte da história social do campesinato em Paraty/RJ, identificando as formas e as estratégias de resistência camponesa presentes nesse território nas últimas seis décadas.

A escolha de Paraty como local de estudo reside no fato de ser um território com uma grande diversidade cultural e ecológica, onde ainda estão presentes as formas camponesas de apropriação dos recursos naturais, mas que vem sofrendo um processo constante de territorialização do capital, sob diversas formas, desde meados do século passado.

O presente texto parte do princípio de que existe uma importância decisiva do campesinato no mundo atual, devido à enorme relevância de sua contribuição para a

soberania e a segurança alimentar, para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, para a conservação da biodiversidade, e para a construção e manutenção de uma memória biocultural. Essa importância também está baseada na sua ampla presença no mundo, onde representa a imensa maioria da população rural mundial, responsável pela produção da maior parte do alimento consumido no mundo.

Este artigo apresenta inicialmente uma breve descrição do campo de pesquisa e dos distintos grupos sociais presentes no território, além da metodologia utilizada. Em seguida são desenvolvidos o tema dos conflitos fundiários e da resistência territorial camponesa, em duas partes. A primeira reconstitui parte da história de luta pela terra empreendida pelos camponeses em Paraty, nas últimas seis décadas, como as (violentas) ações executadas pelos grileiros (tanto pessoa física como grandes grupos empresariais), a mobilização social para a instalação dos projetos de reforma agrária, a articulação política na luta das comunidades caiçaras, até chegar aos conflitos atuais em relação à presença das populações tradicionais nas (e ao redor das) áreas das unidades de conservação ambiental. Nesse percurso, são apresentadas as estratégias utilizadas pelos camponeses para esse enfrentamento, pelos distintos grupos e em diferentes momentos, tendo como marco referencial para a intensificação dos conflitos fundiários a construção da rodovia Rio – Santos na década de 1970.

Na segunda parte do artigo são identificadas algumas estratégias coletivas mais atuais, desenvolvidas através das alianças com outros grupos sociais, nas lutas políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais em defesa do território, e de articulação política pela participação em redes multitemáticas e, também, nos espaços de gestão e controle social de instâncias governamentais. Finalmente o artigo é concluído com algumas considerações finais e a indicação de referências bibliográficas utilizadas na sua construção.

Campo de estudo e procedimentos metodológicos

O campo de estudo desta pesquisa é o município de Paraty, que está situado na região da Baía da Ilha Grande, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. Toda a área do município (925 km²) encontra-se sob o domínio do bioma da Mata Atlântica, com altas temperaturas e regimes pluviométricos abundantes, sem estação seca. Nestas condições o crescimento da floresta é constante, num ambiente de alta eficiência na captação de energia solar, absorção de nutrientes, água da chuva e atmosfera. Diante desse potencial, Dean (1996) ressalta a abundante evidência de um longo processo coevolutivo entre Natureza e sociedade, e destaca alguns exemplos que caracterizam a Mata Atlântica como um sistema de grande complexidade, mas que ao mesmo tempo pode se tornar um aspecto de sua vulnerabilidade, em caso de intervenção e supressão extrema.

Em Paraty encontram-se grupos de populações tradicionais, como caiçaras e quilombolas e, também, indígenas Guarani Nhandeva e Mbyá. No caso dos caiçaras, há todo um modo de vida próprio, que é baseado na produção material e não material, na diversidade de manejo dos vários ambientes como uma estratégia multiuso do território (TOLEDO, 1993), na valorização do lugar, num profundo conhecimento dos ciclos naturais e na dependência deles para sua sobrevivência, no uso de técnicas com baixo impacto ambiental, e no conhecimento gerado e transmitido pela oralidade. O modo de vida caiçara é baseado na associação entre a agricultura tradicional e pesca artesanal, e ocupação de territórios descontínuos no litoral das regiões sul e sudeste (DIEGUES, 2005).

A população quilombola é representada em Paraty por duas comunidades: o Campinho da Independência¹ e a comunidade do Cabral. Em relação à primeira, estudo realizado em 2010 identificou 74 famílias, com 228 pessoas cadastradas, em 288 hectares de uso comum (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2010). Já na comunidade do Cabral foram identificadas 47 famílias, num total de 163 pessoas cadastradas.

O mesmo estudo também identificou 4 aldeias Guarani em Paraty, sendo uma do subgrupo Nhandeva (Tekoa Rio Pequeno), e outras 3 do subgrupo Mbyá, com um total de 39 famílias e 126 pessoas cadastradas (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2010.). Em relação aos Guarani-Mbyá, destaca-se o fato de que sua concepção de território apresenta uma dinâmica própria entre seus vários núcleos, expressa pela mobilidade entre as aldeias de diversas regiões, o que permite a apreensão de seu território, e se constitui como essencial à reprodução de seu modo de vida (LADEIRA; FELIPIM, 2004).

Paraty foi um núcleo de povoamento desde a época do Brasil Colonial, fundada provavelmente em 1531, numa região habitada originalmente por indígenas tupinambás e guaianás. Seu porto teve uma importância comercial muito grande até o século XVIII, pois foi através dele que escoava o ouro explorado em Minas Gerais em direção à Europa. A existência dos portos tanto em Angra dos Reis como em Paraty, em épocas passadas, contribuiu para a expansão comercial desses núcleos (PACHECO, 1983; MELLO, 2005).

Com o declínio da atividade mineradora, inicia-se a produção de açúcar e cachaça em Paraty, sendo registrada a existência de cerca de 100 engenhos de produção de cachaça e 12 de produção de açúcar no final do século XVIII (MELLO, 2005). Em seguida, já em princípios do século XIX, tem início o ciclo do café em Paraty, quando muitas fazendas abandonaram o cultivo da cana e dedicaram-se ao cultivo daquela cultura, muito mais rentável economicamente à época.

¹Esta foi a primeira comunidade quilombola a ser titulada no Estado do Rio de Janeiro, em 21 de março de 1999, com o cumprimento do artigo 68 do ADCT, da Constituição de 1988. A luta pela titulação das terras passa pela formação da AMOQC – Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho, em 1994.

Entretanto, na década de 1870, instala-se um novo período de declínio econômico em Paraty, devido à construção da Estrada de Ferro Pedro II que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo (passando pelo Vale do Paraíba), o que afasta e isola a cidade da rota do comércio do café. Este processo atingiu inicialmente os povoados mais afastados da cidade e as fazendas, o que gerou um abandono das terras pelos fazendeiros e a consequente fragmentação da grande propriedade. Há então um movimento de apossamento das terras abandonadas por parte do campesinato, no início do século XX, com a produção de culturas básicas, como milho, feijão, mandioca, arroz e banana (PACHECO, 1983; MELLO, 2005).

O presente artigo é baseado na tese de doutorado do autor, em Agroecologia. Por isso, sua opção metodológica se vale das múltiplas possibilidades geradas pela abordagem agroecológica, privilegiando o aspecto qualitativo da pesquisa, de aproximação entre o sujeito e o objeto e, portanto, de valorização dos camponeses como sujeitos da história.

Os níveis de análise variaram entre o da unidade de produção familiar (com as histórias de vida de seus integrantes), o de estilos de manejo de recursos naturais², e o de território, situando este último próximo ao nível de sociedade local, de acordo à sistematização sociológica dos métodos e técnicas de pesquisa em Agroecologia (GUZMÁN CASADO, SEVILLA GUZMÁN, GONZÁLEZ DE MOLINA, 2000). A metodologia empregada nesse trabalho privilegiou a pesquisa-ação participativa, para destacar os elementos de manutenção e revitalização da existência da condição camponesa em Paraty, ao redor de identidades territoriais específicas, e de gestão dos processos de desenvolvimento local. As técnicas utilizadas nesta pesquisa situam-na tanto dentro da perspectiva estrutural como da dialética.

Dentro da perspectiva estrutural foram utilizadas algumas ferramentas e técnicas para acessar as histórias de vida, pessoais e familiares, como elementos de valorização do ser humano como sujeito de estudo. Desta forma foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os camponeses que vivem no território, durante um período intercalado de 4 anos de pesquisa. Além disso, foram também desenvolvidas a análise de conteúdo, a consulta à bibliografia específica (livros, artigos e teses), e a pesquisa documental em jornais e material audiovisual, como vídeos e documentários.

Em relação à perspectiva dialética, o trabalho buscou a valorização e o apoio às dinâmicas endógenas, onde o “objeto” de pesquisa é considerado como o sujeito (pois na verdade é o protagonista), o conhecimento gerado é propositivo – transformador, e por fim, seu objetivo é a transformação social. Presente nas duas perspectivas integrantes deste trabalho, o exercício de observação participante foi realizado pelo autor desta pesquisa basicamente de duas formas: na função de assessor técnico junto aos agricultores

²Esta categoria analítica é definida como o conjunto de explorações agrícolas com o emprego de tecnologia análoga, originário de uma base de conhecimento local comum e, estratégias de produção, reprodução e consumo semelhantes (GUZMÁN CASADO, SEVILLA GUZMÁN, GONZÁLEZ DE MOLINA, 2000).

assentados dos três projetos de Reforma Agrária existentes no município de Paraty, durante 18 meses, e como integrante do grupo de coordenação política da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro³.

A territorialização do capital em Paraty: conflitos e ameaças ao campesinato

Este tópico refere-se à caracterização do processo intenso de desterritorialização ocorrido em Paraty nas últimas seis décadas, com a descrição dos elementos integrantes desse processo, baseado em pesquisa de campo (entrevistas) e pesquisa documental. Há uma reconstituição de parte da história de luta pela terra empreendida pelos camponeses em Paraty, nas últimas seis décadas, sendo esse o período ao qual se teve acesso aos registros dos conflitos fundiários mais comumente relatados, seja através dos relatos baseados nas histórias de vida dos entrevistados, seja através de pesquisa bibliográfica (livros, artigos e vídeos). De toda forma, há a compreensão de que não seria possível, no escopo desse texto, descrever de maneira detalhada todos os conflitos existentes em Paraty durante o período das últimas seis décadas.

Após a abertura da estrada de ferro Rio – São Paulo, e o conseqüente período de declínio econômico da região, inicia-se a abertura da rodovia Paraty – Cunha (São Paulo) em 1955, o que ocasiona uma valorização das terras em Paraty e, em decorrência disso, inicia-se um processo violento de apropriação de terras dos caiçaras. Com base nas entrevistas realizadas com os camponeses, durante a pesquisa de campo, mas também baseado em fontes bibliográficas (SIQUEIRA, 1984; FRANCESCO, 2010), foi nessa mesma década que ocorreu a primeira investida de um grileiro sobre territórios caiçaras em Paraty.

Essa investida começa com a compra dos títulos da Fazenda Santa Maria, vizinha à praia do Sono, por Gilbrail Tannus em 1950. Segundo relatos de moradores, descrito por Siqueira (1984), a praia do Sono chegou a ter 200 famílias, que produziam banana, farinha, peixe seco, ovos, feijão e milho. A partir de 1964, a pressão e intimidação sobre os caiçaras aumenta e, além área da praia do Sono, Gilbrail também reivindica a propriedade das praias de Ponta Negra, Antigo Grande e Antigo Pequeno. O grileiro usa métodos como coação, para que os caiçaras assinem escrituras de comodato e, posteriormente sejam expulsos de suas terras. Assim, de legítimos proprietários das terras passam a ser considerados apenas inquilinos das terras. As formas de intimidação são variadas, com a soltura de búfalos nas lavouras dos caiçaras e entrando na escola do local, até a presença de seguranças armados impedindo a construção de novas casas e a livre circulação dos moradores. Diante disso,

³A AARJ é uma rede de organizações, coletivos e instituições da sociedade que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências, busca se articular no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas. Sua formação ocorreu em 2006.

muitos moradores acabam sendo expulsos da praia do Sono e, em 1984, restavam somente 36 famílias no local, espremidas em 23 casas, pois eram impedidos de construir novas residências (Siqueira, 1984).

O documentário *Vento Contra* (1981)⁴ traz diversos relatos indignados dos caiçaras sobre os métodos violentos empregados por Gilbrail Tannus para invadir suas terras:

Isso aqui é habitado desde o tempo dos escravos, meu avô era nascido nesse lugar, não só o meu não, mas o desses todos que estão aqui. Meu primo ali, meu cunhado, tudo ali. Ninguém tem papel de posse, nunca ninguém requereu” (...) “Nós somos daqui, (...) a 4ª geração, nosso avô e bisavô, todos somos daqui. E nós somos daqui e não temos direito de fazer nossa casa, na nossa posse? Isso aqui era largado, inclusive pelas autoridades, então ele (*o grileiro*) veio e grilou isso aqui” (...) “Neste local havia 200 famílias; hoje a Praia do Sono faz parte da Fazenda Santa Maria, e restam apenas 26 famílias. Não pode mais fazer roça, os búfalos acabaram com as nossas roças de banana, nós tinha (sic) um monte de banana e o búfalo acabou com elas.

Embora tenha havido um processo de resistência organizada dos caiçaras contra as ações para sua expulsão definitiva na praia do Sono e, a consequente instauração de uma ação judicial que diminuiu a pressão sobre eles, a luta dos moradores dessa praia para sua permanência em seu território continua até hoje, inclusive com a existência de conflitos com as unidades de conservação ambiental (ver Lourival et al, 2019).

Um marco na aceleração do processo de desterritorialização camponesa em Paraty se dá no início dos anos 1970, com a construção da rodovia Rio - Santos. O contexto político e econômico dessa obra se insere na época do chamado “milagre econômico”, no período da ditadura militar no Brasil, cujo direcionamento era de implantação de grandes projetos e obras de infraestrutura rodoviária, como a construção da rodovia Transamazônica e a ponte Rio – Niterói, além incentivos à construção de distritos industriais, portos e estaleiros.

Em um artigo que aborda os processos e transformações ocorridos no litoral sul fluminense, Pacheco (1983) analisa os fundamentos para a construção da rodovia Rio – Santos, os quais estão baseados nos estudos de viabilidade econômica realizados pela empresa construtora. Estes estudos indicam que “a rodovia Rio Santos é sem dúvida o fator dominante do processo para o desenvolvimento e definitiva incorporação da orla marítima em causa, à civilização maior da região a que pertence” (PACHECO, 1983, p.4). É atribuído à rodovia um papel político e estratégico para a doutrina de Segurança Nacional, de integração da região de maior peso econômico do Brasil, e de atendimento às necessidades do capital já instalado na região, onde se encontram as duas maiores áreas metropolitanas (Rio de Janeiro e São Paulo), os dois maiores portos e a maior parte da atividade industrial e econômica do país. Ao analisar os elementos presentes nos estudos prévios realizados pela

⁴ Documentário em 16 mm realizado por Adriana Mattoso em 1981, conta a luta dos caiçaras nas Praias do Sono, Trindade e Ponta Negra. A narração e os diálogos presentes no filme foram transcritos livremente pelo autor deste artigo. O acesso e a disponibilidade da obra estão indicados no item referências, ao final desse artigo.

empresa construtora da rodovia, Pacheco (1983, p. 4 - 5) destaca que havia claramente uma ideologia modernizadora direcionada à região, inclusive de “revolução” da estrutura agrária, considerada no estudo como “primitiva e geradora de tensões”.

Essa análise sobre o papel da rodovia Rio Santos e os seus impactos no litoral sul fluminense também é realizado por Siqueira (1984) em seu livro *Genocídio dos Caiçaras*. Para essa autora, a explicação para a enorme valorização das terras dos caiçaras e seu interesse por grandes grupos econômicos tem como base o projeto TURIS da extinta EMBRATUR, que mostra que a rodovia Rio Santos - BR 101 “foi concebida para atender às necessidades do escoamento das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo” (SIQUEIRA, 1984, p.71). Além desse propósito ao capital, a rodovia Rio Santos também viabilizou a exploração turística da região, abrindo perspectivas de investimentos de grandes grupos empresariais. Dessa forma, “há uma redefinição do uso da terra, transformada em mercadoria e extremamente valorizada” (SIQUEIRA, 1984, p. 71).

O Governo Federal cria o Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB, em fevereiro de 1971, com área de 136.000 hectares, para preservar a região da expansão dos interesses econômicos sobre ela. Durante o governo Médici, Paraty e Angra dos Reis são consideradas áreas prioritárias para fins de reforma agrária. Entretanto, o crescente interesse por parte das empresas privadas na região, principalmente após a construção da rodovia Rio Santos, faz com que o Estado destine essas áreas em benefício do capital privado ou do poder público, como descrito nos parágrafos seguintes.

Embora os conflitos fundiários na região de Paraty e Angra dos Reis tenham origem em décadas anteriores, eles se intensificam a partir da abertura da rodovia na década de 1970. Nas entrevistas feitas durante a pesquisa de campo deste trabalho, aparece um discurso de certa forma ambíguo, quando se mencionam os efeitos da construção da rodovia Rio Santos na região, conforme o relato do camponês Valdevino dos Remédios, morador em São Roque/Paraty:

Em 1971 veio a Rio – Santos, e aí veio a miséria, (...), veio o progresso, mas veio também a miséria para Paraty. Porque os grandes (*empreendimentos*) vieram estocando a terra, e não foi só na zona rural, mas (*aconteceu*) com os caiçaras também, o que acontecia aqui acontecia com os caiçaras também. (Valdevino dos Remédios⁵).

Durante a década de 1970 e início da década seguinte ocorre um dos maiores conflitos em Paraty, devido a sua duração (foram 9 anos de luta e resistência!) e simbolismo, e que envolveu os caiçaras moradores da praia de Trindade e empresas de capital imobiliário. O conflito tem início no projeto TURIS, já mencionado anteriormente, e que classifica Trindade como sendo de categoria A, reservada (de acordo com o projeto) para classes sociais de

⁵Entrevista concedida em 18/04/2014; ver em Strauch (2016).

maior renda. Justamente na época de criação do projeto, em 1972, os títulos da área de 1.403 hectares da fazenda Laranjeiras (que incluía além da praia de Laranjeiras, Cachadaço, Galhetas, Vermelha, Brava, de Fora e Picinguaba) foram vendidos pelo ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Companhia Paraty Desenvolvimento Turístico S.A. por US\$ 1 milhão. Esta empresa, por sua vez, pertencia à uma empresa de nome ADELA - *Atlantic Development Group for America Latina*, na verdade uma holding de 227 empresas multinacionais com sede em Luxemburgo.

Um fato relevante nesse ponto da história mostra que há uma “coincidência” de interesses, pois no exato dia em que ocorre um desmembramento de parte da área do Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB (criado em 1971), a ADELA se torna concessionária dos 34.000 hectares desmembrados da área original, e que vem a corresponder exatamente à área da praia de Trindade. Nessa mesma época, vários decretos governamentais de desapropriação de terras com objetivos sociais são revogados, de forma que o turismo passasse a ser prioridade para essas áreas, e essas pudessem ser negociadas a grupos privados. “Esta confluência de interesses entre o Estado e as empresas particulares permite a aferição de enormes lucros, principalmente para aqueles que tem acesso aos planos governamentais” (SIQUEIRA, 1984, p.72). Um exemplo dessa confluência de interesses é justamente o caso do ex-governador Carlos Lacerda, que adquire a área da Fazenda Laranjeiras para depois revendê-la a preço bem superior ao que comprou.

Várias arbitrariedades contra os caiçaras são relatadas por Siqueira (1984), como decisões judiciais não reconhecendo os limites de uma posse já garantida por lei, falsificações grosseiras de documentos e, até o estupro de duas professoras que lecionavam na escola de Trindade, por empregados da ADELA, em abril de 1978. Durante todo esse período, os caiçaras que se intimidaram com a pressão da ADELA, ou abandonaram ou venderam suas posses, e foram morar nas periferias de Paraty e Ubatuba. O movimento ambientalista ajudou na organização dos caiçaras, através da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, a qual obtém apoio de outras entidades da sociedade civil, e um advogado do escritório do jurista Sobral Pinto passa a fazer a defesa dos caiçaras. São feitas denúncias nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, inclusive através de vários jornais de grande circulação, o que faz com que os fatos ocorridos em Trindade chegassem ao exterior. As pressões sobre a ADELA foram se avolumando a ponto de a empresa considerar a impossibilidade de reverter todo o investimento feito em Trindade e, por isso, resolvem vender os títulos de terra à uma nova empresa, a COBRASINCO, de capital nacional e, também do ramo imobiliário.

Em 1981 a COBRASINCO faz um acordo com os caiçaras, reconhecendo a posse de suas terras, das áreas de roças para consumo, concedendo liberdade para a pesca e abrigo de barcos, livre acesso ao PNSB, e a garantia da preservação dos córregos e rios do

lugar. Esse acordo é considerado uma grande vitória dos caiçaras, e dos povos tradicionais, em defesa de seus territórios, ainda mais num contexto político extremamente desfavorável.

A fazenda Laranjeiras não teve o mesmo desfecho que Trindade, e após a expulsão dos moradores do lugar, o local se tornou um condomínio de luxo, com residências de grandes empresários e banqueiros, que inclui campo de golfe, heliponto e com forte esquema de segurança. A história do condomínio Laranjeiras passa também pela multinacional ADELA, e inclui a BRASCAN, essa também do ramo imobiliário e de origem canadense. Há uma tensão permanente e diversos constrangimentos impostos até hoje aos caiçaras e moradores das comunidades costeiras, os quais são obrigados a passar por dentro do condomínio (sob vigilância) para terem acesso de barco a suas comunidades. Os relatos mais atuais desses constrangimentos e as ações movidas pelo Ministério Público Federal para tentar resolver os diversos conflitos estão descritos no artigo de Rogério Daflon (2017), publicada no jornal El País (ver nas referências bibliográficas).

Na década de 1970 outro conflito significativo em Paraty envolveu a comunidade caiçara de São Gonçalinho e a multinacional White Martins, do ramo de gases industriais. Os documentos de cartório atestam que a área de São Gonçalinho pertence à União, onde se localizam as posses dos caiçaras. Mas a White Martins entrou com uma ação de reintegração de posse sobre a área, alegando ser legítima possuidora das terras, e iniciou a retirada de madeira para fazer alcatrão, e posteriormente colocou gado de corte para pressionar a expulsão dos moradores. Outros métodos de expulsão dos posseiros também foram usados, como falsas procurações para configurar contratos de arrendamento ou comodato, ações judiciais cheias de irregularidades, assim como outros métodos mais violentos, principalmente após a construção da rodovia Rio Santos (SIQUEIRA, 1984). Este conflito entre a White Martins e os caiçaras também perdura até hoje, conforme descrito por Lourival et al (2019).

Inserido no processo de redemocratização e a abertura política no país, tem início em 1985 o Plano Nacional de Reforma Agrária. Ao mesmo tempo, são fortalecidas as ações de organizações da sociedade civil em defesa da luta dos camponeses, como a CPT – Comissão Pastoral da Terra, a qual teve atuação decisiva nos conflitos territoriais em Paraty. Pelo menos dois camponeses entrevistados relatam o significado de sua atuação junto à CPT em Paraty, sendo que Valdevino dos Remédios lembra que entrou para a CPT ainda nos anos de 1970, juntamente com Valentim da Conceição. Já este último relembra numa entrevista como se dava a intensa participação política dos agricultores naquela época:

O nosso movimento foi puxado mais pela Igreja, então (*como*) a gente tinha uma boa participação, o pessoal achou que no sindicato a gente ia ter uma boa participação também, e aí aceitamos o convite do sindicato e entramos como suplente. Naquela época Paraty era cheio de trabalhador rural, uma reunião lá botava 500 a 600 pessoas (...) depois que foi melhorando, as pessoas foram se empregando, e foram deixando a lavoura. Isso foi nos anos

60, 60 e poucos. Era repartido: um dia ia para o sindicato, outro dia ia pra (sic) Igreja, outro dia ia para a CPT. (...) surgiu a Comissão Pastoral da Terra, e nós fomos para uma reunião para lá de São Paulo, e lá surgiu a ideia de que os trabalhadores podiam fundar um partido, que eu trouxe para o pessoal o Partido dos Trabalhadores, né? (Valentim da Conceição⁶)

Valdevino conta que nesta época o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty – STR também estimulava os posseiros a fazerem acordos com os grileiros, intermediando estas ações. Muitas vezes pressionados pela autoridade policial, os agricultores assinavam contratos de comodato com os pretensos proprietários das terras, o que acabava por legitimar as futuras ações de despejo dos camponeses de suas posses através de um documento. Esta forma de legitimar as ações de despejo contra os posseiros está descrita nos diversos capítulos referentes as lutas dos caiçaras e posseiros em Paraty, no livro de Siqueira (1984).

Esta forma de pressão indicava concretamente que havia uma estratégia articulada entre os grileiros e as várias formas do capital (de imobiliário e financeiro) no território, e que tiveram seus interesses garantidos pelo próprio Estado, através do Poder Judiciário, dos cartórios, da câmara de vereadores, da polícia e, inclusive, de um órgão de representação de classe, como o próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais, durante certo período.

Como uma reação organizada de resistência a este processo de territorialização do capital, a CPT apoia a formação de uma chapa de oposição à direção do STR de Paraty, composta por trabalhadores e posseiros, e que tinha um propósito claro no sentido de que a luta pela terra e pela reforma agrária fosse assumida por uma organização sindical, de representação dos camponeses. Esta chapa acaba por sair vitoriosa, e Valdevino assume a presidência do STR de Paraty, juntamente com outros camponeses diretamente envolvidos nos conflitos agrários.

Numa ação articulada entre a CPT, o STR de Paraty e a FETAG RJ – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro, tem início um movimento de pressão para a desapropriação de algumas fazendas em Paraty, para fins de reforma agrária, o que efetivamente ocorre em 1983 com as áreas de São Roque, Taquari e Barra Grande⁷. Valdevino conta que quando ele assume a direção do STR de Paraty existiam cinco famílias de posseiros com ações de despejo sumário em São Roque, pois as outras cinquenta já haviam sido despejadas através de ação judicial. Através de pressão e resistência política conseguiram reverter o processo e manter todas as famílias na área desapropriada.

A história da fazenda Barra Grande vem desde o final do século XIX, quando passa de um dono a outro sem que as quase 100 famílias de posseiros fossem intimadas a pagar nenhum valor (sobre a produção agrícola) aos sucessivos proprietários. À época da 2ª grande guerra mundial, o herdeiro de um proprietário solta gado em cima das lavouras dos posseiros,

⁶Entrevista concedida em 20/07/2012; ver em Strauch (2016).

⁷ Das 3 fazendas citadas, apenas São Roque teve emissão de posse em 1987.

e então muitos abandonam as terras sem nada receber. Em 1949 a fazenda passa para as mãos de um grupo de italianos, à frente Guisepe Cambarelli, que exige dos posseiros 1/3 da produção agrícola, o que foi feito no início sem recibo. A viúva de Guisepe, Iole, assume a fazenda e proíbe os lavradores de trabalhar em novas lavouras, e de consertarem suas casas. Já em 1976 os trabalhadores foram obrigados a assinar um contrato de parceria, ameaçados por um delegado de polícia, mas muitos resistiram à intimidação. Posteriormente Iole se associa a um grupo financeiro, cujo gerente passou a perseguir os trabalhadores. Ela cede metade das terras ao grupo Morada (de caderneta de poupança), gerido por Rui Barreto, presidente da Associação Comercial do RJ. Rui passa a deter o poder de decisão nas Empresas Reunidas Agroindustrial Mickael S.A., numa sociedade com Iole. Conforme Siqueira (1984), dentre os advogados que defenderam Rui estavam um promotor de justiça e um procurador do Estado do RJ. Já a defesa dos posseiros foi assessorada pela Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty, pelo STR de Paraty, e pela CPT da diocese de Itaguaí.

Paralelamente à questão das desapropriações e o início dos projetos de assentamento de reforma agrária, continuava o movimento de expropriação das terras caiçaras. Uma ação integrada entre o movimento de resistência caiçara e o STR de Paraty, realizada em 1983, colocou Valdevino, Valentim e outros participantes do STR e da CPT em contato direto com os moradores ainda residentes da Praia do Sono. Reduzidos a apenas três famílias e onze pessoas, naquela época, essas famílias resistiam às investidas do grileiro morando dentro de uma igreja, e com o teto prestes a desabar, pois suas casas já tinham sido derrubadas ou estavam lacradas (com cadeados) devido à uma ação judicial de despejo. A presença física dos membros do STR e da CPT ajudou na permanência destas famílias na Praia do Sono, ou seja, no seu local de moradia. Depois de dois anos de luta e resistência houve o reconhecimento formal, por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dos direitos dos moradores em permanecerem nesta área (STRAUCH, 2016).

Com a ausência constante do INCRA nas áreas de assentamento, muitas famílias venderam seus lotes a pessoas com interesses diversos, como atividade comercial, turismo, lazer, ou simplesmente a especulação imobiliária. Os assentamentos começam a mudar seu perfil de ocupantes, onde a atividade agrícola não é mais a principal, e passam a serem bairros residenciais ou de turismo de veraneio. Valdevino lamenta sobre a situação atual (2014) de São Roque⁸, onde apenas quatro famílias são remanescentes do projeto original:

Só que a luta (da reforma agrária) foi em vão, o INCRA botou o pessoal na terra, depois desapareceu de São Roque por três anos, aí o pessoal começou a vender os lotes. A nossa luta no STR era para que o INCRA desse a eles –

⁸O perfil demográfico dos moradores de São Roque, características de sua produção agrícola, e perspectivas futuras dos seus habitantes, estão descritas em Linhares et al (2002).

posseiros – um título de usufruto com domínio, para que ninguém pudesse vender, mas foi o contrário. (Valdevino⁹)

Além das ações de grilagem e expropriação das terras camponesas, outro aspecto dos conflitos territoriais diz respeito à presença de cinco unidades de conservação ambiental - UCs no município de Paraty, o que tem trazido inúmeros problemas para as populações tradicionais que já habitavam a região anteriormente à sua criação. Estas UCs se inserem em uma concepção preservacionista que não inclui a presença humana em seu interior. São três unidades de âmbito federal (de responsabilidade do ICMBio), uma de âmbito estadual (responsabilidade do INEA – Instituto Estadual do Ambiente), e uma sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paraty. As áreas somadas das 5 unidades de conservação abrangem dois terços da superfície do município de Paraty, o que dá a ampla dimensão dos conflitos.

A maior delas é o Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB, criado em 1971 e de responsabilidade do ICMBio, com 104.000 hectares, sendo que 40,3% de sua área está localizada no município de Paraty. A complexa questão da ocupação fundiária dentro do PNSB começa pela própria imprecisão do estabelecimento dos seus limites, agravado pela ausência de uma demarcação física. Essa é a situação descrita nos parágrafos seguintes.

A situação do agricultor José Ferreira em relação ao PNSB é emblemática, pois reflete detalhadamente a questão dos conflitos constantes dos camponeses com as unidades de conservação ambiental em Paraty. Sua chegada ao município ocorreu em 1986, e logo no ano seguinte adquiriu um sítio no sertão de Taquari, com uma área de 29 hectares. Nessa época, diz ele, não havia informações sobre o estabelecimento das cotas como referência dos limites do PNSB, como ainda parece ocorrer até hoje. Após três meses de ocupação na área ele procurou cadastrar e formalizar seu imóvel junto ao INCRA.

No início a área estava bem degradada, com uma grande área de pastagem e lavoura de banana. Segundo seu relato, era muito comum a retirada de madeira de lei na região, e que contava com a conivência dos órgãos governamentais. Por volta do ano 2000 ele inicia o plantio das primeiras agroflorestas, e alguns anos depois tem início os primeiros estágios de vivência com grupos de estudantes e técnicos em seu sítio, dinamizando os processos de intercambio de conhecimentos. Ele conta que já plantou mais de 100.000 mudas de essências nativas, e recebeu mais de 4.500 pessoas para visita aos seus agroecossistemas (conforme entrevista concedida ao autor em abril de 2015), sendo também protagonista de inúmeras reportagens de revistas e canais de televisão. Sua enorme contribuição à construção do conhecimento agroecológico vem também do trabalho constante de difusão de sua experiência, como participante de estágios de vivências e palestrante de diversos encontros e congressos relacionados à Agroecologia e ao tema do desenvolvimento sustentável.

⁹Entrevista concedida em 18/04/2014; ver em Strauch (2016).

Entretanto, no início de 2009, agentes do ICMBio visitaram o sítio São José e consideraram as atividades desenvolvidas como danosas ao meio ambiente, alegando que o sítio se encontrava dentro dos limites do PNSB. Logo em seguida José recebeu duas multas do ICMBio: uma embargando as construções e benfeitorias (casas, rancho, curral e lago), e a outra, embargando as áreas ocupadas com as agroflorestas. Apesar de ter encaminhado a sua defesa, ele foi processado pelo Governo Federal em 2012.

Em março de 2014 foi realizada uma audiência na Justiça Federal em Angra dos Reis, e celebrado um acordo judicial, onde José se comprometeu a derrubar as instalações que não eram mais sendo utilizadas, mas podendo manter a sua casa e a de seu filho. Pelo acordo, as agroflorestas permanecem intactas, assim como o direito de José de permanecer em seu sítio, e de manejar seus agroecossistemas de forma como tem feito há 15 anos.

Esta decisão é considerada como uma vitória tanto do movimento agroecológico como daqueles que atuam em defesa da presença das populações dentro das áreas das unidades de conservação. A decisão judicial é também um reconhecimento da racionalidade ambiental existente no manejo camponês dos recursos naturais, realizado por José Ferreira.

Entretanto, os conflitos que envolvem os camponeses não se limitam atualmente às questões com as unidades de conservação ambiental. Na verdade, eles se inserem numa realidade mais ampla, pois a ação de grileiros ainda é recorrente no território, como alerta o próprio José Ferreira:

(...) não é um conflito isolado, é apenas mais um que veio a se somar aos que já existem (...) Mas as questões de Paraty são inúmeras, a questão do Parque (PNSB), APA (Área de Proteção Ambiental), grileiros, são muitos conflitos, as coisas estão se ligando. (...) Então nesses casos tem que estar todos juntos, um defendendo o outro. O território é o município, é a região, precisa ser defendido (...) Isso depende das comunidades, da população, se juntarem, somarem as forças, elaborarem um documento e cobrarem das autoridades uma iniciativa compatível com a realidade. Eles (*os moradores*) já existiam, quando vieram criar o Parque eles já estavam lá, então vamos resolver a situação de outra forma, não é dizendo que tem que sair. (...) A causa tá (sic) muito séria, porque além das questões da legislação ambiental, tem a questão da grilagem. (José Ferreira¹⁰).

Em suma, foram descritos acima alguns dos episódios do processo histórico de resistência camponesa em Paraty, em suas variadas formas, dimensões e níveis de articulação e complexidade. O objetivo foi o de destacar o papel do campesinato como ator histórico, relatando e dando voz aos protagonistas através da história oral e, sistematizando sua ação política com destaque para o que Scott (1985) denomina de formas cotidianas de resistência. Para trabalhadores que exercem sua atividade e seu modo de vida numa situação de sujeição à expropriação, as formas de luta cotidiana podem ser a única opção disponível.

¹⁰Entrevista concedida em 28/04/2013; ver em Strauch (2016).

Para os camponeses dispersos num território, e enfrentando obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes, como é exatamente o caso do campesinato de Paraty.

Para Scott (1985), a tendência de se considerar os atos individuais de resistência como insignificantes, reservando o termo resistência somente para ações coletivas ou organizadas, é uma orientação equivocada. Embora ocorram no cotidiano, as micro estratégias devem ser estudadas e analisadas com a mesma ênfase e detalhamento que aquelas ditas abertas e mais visíveis, já que nos revelam o enorme potencial de resistência camponesa frente às adversidades. Essas estratégias se dão dentro da unidade de produção, a maioria de forma silenciosa, e que tem como outro exemplo bem representativo a resistência vivenciada “na pele” pelos caiçaras diante das violentas ameaças de expulsão de suas terras, como num dos relatos registrados no documentário Vento Contra (1981):

Ele (o *grileiro*) diz: não trabalha! nós trabalhamos; ele diz: não tira canoa¹¹! nós tiramos; ele diz: não faz roça! nós fazemos; ele diz: não faz casa! nós fazemos. Para onde nós vamos sair, se nós fomos nascidos e criados aqui? A terra é para nós, pobres, que vivemos aqui¹².

Nesta primeira seção foram descritos vários conflitos relacionados às ações de territorialização do capital em Paraty desde meados do século passado, que foram intensificados após a abertura da rodovia Rio – Santos nos anos 1970, e que permanecem até hoje. Uma sistematização (resumida) dos conflitos socioambientais identificados e acompanhados pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba – FCT, aponta para a existência atual de 11 situações conflituosas envolvendo comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, em relação à disputas territoriais, à sobreposição de territórios tradicionais e unidades de conservação, ao ordenamento territorial e à restrição (ou ausência) de políticas públicas (LOURIVAL et al, 2019).

Estes conflitos se desenvolvem num território em disputa entre o capital, de um lado representado pelas empresas e grandes conglomerados do ramo imobiliário e, também pelos grileiros, que acabam se associando a grupos financeiros e do ramo de incorporações. Do outro lado estão os camponeses e as populações tradicionais, que há diversas gerações habitam o território e buscam garantir o direito às suas terras. Essa dinâmica se dá dentro de um cenário de conflitualidade constante, “inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo” (GIRARDI; FERNANDES, 2009, p. 340 - 341). Portanto, a conflitualidade está na natureza do território de Paraty, como espaço em disputa entre o capital e o Estado, de um lado, e os camponeses e as populações tradicionais, de outro.

¹¹Diz respeito a um dos componentes da cultura caiçara, a retirada de madeira (de forma seletiva) da Mata Atlântica para confecção de canoas para pesca e transporte. Existe todo um rico e complexo conhecimento para essa histórica arte de fazer canoas (ver DIEGUES, 2005).

¹²Transcrição dos relatos do documentário realizada de forma livre pelo autor deste artigo.

Neste sentido a pesquisa de campo mostra que a violência praticada pelos grileiros contra os camponeses em Paraty é realizada de forma direta, como descrita em Girardi e Fernandes (2009, p.343), através de “violência física contra as pessoas, as posses e a propriedade camponesa através de ameaças de morte, assassinatos ou tentativas de assassinatos, e expulsão das terras”. Em Paraty ocorreu de forma ampla a violência ativa praticada pelo Estado “por meio dos despejos judiciais”, em todas as vezes garantidos “pelas forças militares na dissipação de conflitos, cumprimento de ordens de despejo e mandatos de reintegração de posse”, quase sempre baseados em contratos forjados de comodato ou arrendamento, e sempre em situações de coação.

A pesquisa de campo aponta para uma identidade plural do campesinato em Paraty que está baseada na luta pela terra, pela permanência no território. São quilombolas, caiçaras, índios guaranis, agricultores posseiros ou não, nascidos ou que migraram para Paraty em um dado momento¹³, e que compõem um campesinato como aquele identificado por Bartra Vergés (2011, p. XIV) como “um sujeito coletivo tributário de uma profunda racionalidade específica”. Para este autor, a base material do campesinato se completa com a pluralidade social, a multiplicidade étnica, a diversidade de clima, de paisagem, de história, de línguas, cultural, etc. E, neste sentido, “a diversidade – histórica, econômica, étnica e produtiva – define a verdadeira face do campesinato” (BARTRA VERGÉS, 2011, p. 72).

A pesquisa de campo também indica que as estratégias de resistência camponesa são diversas, e se configuram em várias dimensões, desde o interior das unidades de produção familiar, até as formas coletivas de resistência, através dos grupos e nas comunidades. Em alguns momentos a resistência se desenvolveu baseada nas estratégias de articulação entre os grupos sociais, e destes com as organizações de representação sindical, como no caso da aliança entre o STR de Paraty e os caiçaras da praia do Sono.

No tópico seguinte é destacada a participação desse campesinato multicultural nos diversos espaços de gestão e articulação social, através dos movimentos sociais e das redes, como forma de organização e resistência política coletiva no território.

Movimentos sociais como ação social coletiva de resistência política

Os resultados do trabalho de campo apontam para a presença de novas configurações da sociedade civil organizada em Paraty, as quais estão centradas nos vínculos sociais e comunitários, embora possuam também uma atuação política (GOHN, 2008). São as redes sociais, numa relação com as comunidades locais, as redes temáticas (ligadas às

¹³Uma parcela significativa de camponeses em Paraty é composta de migrantes oriundos de alguns estados do Brasil (ES principalmente), muitos deles vindos através de uma política governamental de ocupação do território desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960 e, ainda outros, em época posterior a esse movimento de migração.

questões ecológicas e socioambientais, de gênero e geração, étnicas, dentre outras), e os espaços de participação cidadã como os fóruns e as câmaras técnicas, todas essas configurações presentes em Paraty. Nesse item são apresentadas pelo menos quatro expressões da presença dos movimentos sociais e de sua organização em redes neste território, como formas de organização política camponesa frente às disputas territoriais.

A primeira delas está relacionada às dinâmicas locais de ação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ em Paraty, cujas iniciativas ocorrem tanto como movimento como prática agroecológica, dentro de uma atuação em forma de rede estadual, mas também interligada à outra rede mais ampla, como a ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

As práticas agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses em Paraty estão inseridas dentro de uma forma de apropriação dos recursos naturais baseada numa racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993), inerente às suas estratégias de reprodução social e de permanência no território. São por exemplo os diversos sistemas agroflorestais manejados por dezenas deles, e que contribuem para a manutenção dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade), para o fornecimento variado de alimentos e demais produtos agrícolas e florestais, tanto para a própria unidade familiar como para venda ao mercado local (STRAUCH, 2016). São também os inúmeros quintais produtivos, sítios de ampla agrobiodiversidade (GARROTE, 2004)¹⁴e, ainda, o manejo ecológico da palmeira juçara para obtenção dos frutos para produção de polpa. Diversas dessas experiências agroecológicas têm sido sistematizadas em publicações e material audiovisual por iniciativas da AARJ¹⁵, dentre outros coletivos.

Da mesma forma como se deu o fortalecimento da AARJ em âmbito estadual, também se tornaram evidentes as suas expressões locais e regionais, as quais se articularam e se constituíram em núcleos da AARJ. Paraty integra o núcleo da Costa Verde da AARJ, e é dentro das expressões locais, e de suas dinâmicas, onde ocorre a participação e a oportunidade de maior visibilidade desse campesinato multicultural.

Uma das mais recentes expressões da integração entre o movimento agroecológico do estado do RJ e as ações de fortalecimento dos territórios camponeses foi a realização do IV Encontro Estadual de Agroecologia, em outubro de 2017, justamente no Quilombo do Campinho, em Paraty. Cerca de 400 participantes representaram 230 experiências agroecológicas e de resistência territorial de todas as regiões do Rio de Janeiro, através de diversas práticas e metodologias participativas, e se prepararam para levarem suas

¹⁴Nos 19 quintais estudados por Valquíria Garrote, em sua dissertação de mestrado, foram encontradas 347 espécies de plantas, com uma média de 67 espécies por quintal, em 3 zonas de manejo, o que demonstra a alta complexidade desses sistemas, e a sua contribuição para a manutenção da grande biodiversidade existente.

¹⁵Ver por exemplo o Caderno de Experiências Agroecológicas, organizado por Gollo et al (2014), relacionado nas referências deste artigo.

experiências de resistência territorial camponesa ao IV Encontro Nacional de Agroecologia, este último realizado em Belo Horizonte em maio e junho de 2018.

Para as populações tradicionais e os camponeses, o território é também percebido como sendo o local das demandas, dos protestos, e de organização das pessoas para a defesa de seus modos de vida (LEFF, 2009). Desta forma, a noção de território trabalhada nesta pesquisa se situa para além de sua compreensão como espaço físico, e se articula “à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia” (GOHN, 2008, p.445). O território aqui interpretado também se insere na concepção descrita por Leff (2009), como um lugar onde a sustentabilidade está fundada nas identidades culturais e numa racionalidade ambiental, ambas presentes na forma de apropriação dos recursos naturais.

Uma das estratégias encontradas pelos moradores das comunidades tradicionais de Paraty e, também de municípios vizinhos, frente às diversas e constantes ameaças aos seus territórios, foi a criação, em 2007, do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba – FCT. O FCT atua como um espaço de encontro e diálogo através de uma rede de 14 organizações de comunidades tradicionais, e tem como missão a articulação de povos e comunidades tradicionais para a defesa e a garantia de seus direitos territoriais e, também, para a promoção do desenvolvimento sustentável. As suas principais ações se dão em duas frentes: no empoderamento das populações tradicionais, com foco na compreensão de seus direitos e geração de autonomia para a permanência nos territórios tradicionais; e, na denúncia dos casos coletivos de conflitos socioambientais territoriais¹⁶. Assim, os temas relacionados às ações do FCT foram sendo unificados, como a questão fundiária e os conflitos com os órgãos ambientais, o que fortalece a luta das populações dentro do território, e permite a visibilidade desses atores num cenário de conflitualidade e de ameaças vindas tanto pelo capital imobiliário como pelas próprias ações do Estado¹⁷.

A participação de algumas comunidades integrantes do FCT na construção e na execução de projetos contribuiu para destacar alguns temas importantes para fortalecer o processo de resistência e permanência dessas populações no território. Um desses projetos foi o do “Protagonismo Juvenil no Manejo da Palmeira Juçara”, coordenado pela AMOQC – Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho, e executado com recursos do PDA/MMA¹⁸ de 2007 a 2010. A construção dos temas, a dinâmica e a abordagem de forma

¹⁶Em 2014 o Fórum lançou a Campanha “Preservar é Resistir – em defesa dos territórios tradicionais”, para ampliar a visibilidade do modo de vida e das práticas tradicionais, e também dos conflitos vivenciados que ameaçam a reprodução cultural, social e econômica das comunidades (ver em <http://www.preservareresistir.org/>)

¹⁷ Outro fator de motivação relacionado à criação do FCT foi o Decreto Federal 6040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual prevê a existência de fóruns regionais como instrumentos de implementação deste marco legal.

¹⁸PDA/MMA é a sigla para o subprograma Projetos Demonstrativos, do Ministério do Meio Ambiente. Em sua primeira fase o PDA apoiou 194 projetos na Amazônia e na Mata Atlântica, com ações em sistemas agroflorestais e recuperação ambiental, manejo de recursos florestais e hídricos, e preservação ambiental.

participativa na execução do projeto, contribuíram para a problematização e reflexão dos saberes necessários para desenvolver tanto o manejo da agrobiodiversidade como a formação de lideranças comunitárias. Essa dinâmica de formação permitiu a integração de temas transversais, como os de comunicação popular e do turismo de base comunitária - TBC, por exemplo, contribuindo para a ampliação e fortalecimento dos intercâmbios culturais entre as comunidades. Isso ocorreu não só com as comunidades quilombolas, mas favoreceu também a articulação destes com os caiçaras e com as comunidades indígenas guaranis presentes no território (STRAUCH, 2016).

A Agroecologia tem sido um tema transversal e mobilizador nas ações dentro dos movimentos sociais em Paraty, a exemplo da integração das comunidades quilombolas participantes do projeto PDA/MMA com a Rede Juçara¹⁹. Em torno das visitas e dos intercâmbios de conhecimentos relacionados ao manejo sustentável da palmeira juçara, se tornaram visíveis também as questões que envolvem as populações tradicionais e os camponeses, e a conseqüente necessidade da defesa de seus territórios.

Ao longo dos anos, o FCT tem mantido ações constantes de representação e discussão de políticas públicas ligadas ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, e de melhoria de suas condições de vida. Por exemplo, em agosto de 2015, o FCT esteve presente com um grupo de mais de 40 indígenas, quilombolas e caiçaras, numa audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sobre a PEC Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. O objetivo da PEC é o de proteger os povos e comunidades tradicionais em relação às várias pressões decorrentes principalmente de empreendimentos imobiliários ou turísticos, além das questões que envolvem a recategorização das unidades de conservação ambiental sobrepostas ao território das comunidades tradicionais.

Outras atividades recentes do FCT são fruto de sua parceria mais recente com o OTSS – Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina²⁰, um espaço de promoção de ações integradas entre o poder público e os movimentos sociais, as quais têm trazido importantes contribuições para a melhoria das condições de vida das populações presentes no território. Suas frentes de atuação se dão ao redor do fortalecimento e qualificação das ações do FCT, na defesa territorial com assessoria jurídica e articulações institucionais estratégicas, na produção de uma base de informações e dados georreferenciados do território, na promoção de uma educação diferenciada e de saúde, nas

¹⁹ A Rede Juçara integra 14 organizações (ONGs, organizações de produtores, instituições de ensino e órgão ambiental governamental) nos estados do RS, SC, SP, RJ, MG e ES, com projetos e ações voltados ao uso sustentável dessa palmeira, e foco no uso dos frutos e retirada das sementes (<www.redejuçara.org.br>).

²⁰O OTSS é fruto de uma parceria formalizada em junho de 2014 entre a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) – FCT, e apoiada pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Ver detalhadamente em Gallo e Nascimento (2019);

ações de saneamento ecológico e de agroecologia, no turismo de base comunitária, e na atuação de uma incubadora de tecnologias sociais.

As ações relativas à educação diferenciada ocorrem com a incorporação dos conhecimentos tradicionais e das práticas de sua transmissão nas escolas, nos diversos segmentos²¹. Como resultado de uma ação judicial do Ministério Público Federal - MPF junto a equipe de justiça socioambiental do FCT, na área de Direito Indígena, foi finalmente oficializado (em julho de 2018) o magistério indígena, dentro da Colégio Indígena Estadual “KaraiKueri Renda”, localizado na aldeia Sapukai, em Angra dos Reis. O magistério indígena é um projeto de formação continuada em formato da pedagogia da alternância, coordenado pela Universidade Federal Fluminense, e irá proporcionar a habilitação dos professores guarani para atuarem em suas próprias escolas.

No campo político é significativo destacar o fato de que o OTSS apoiou a realização do “Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: diálogos e caminhos”, realizado no Quilombo do Campinho em 2015, e que teve como objetivo ampliar o debate e o conhecimento sobre os caminhos possíveis para reduzir e solucionar os conflitos de uso e acesso à recursos da biodiversidade nos territórios tradicionais em Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. O posicionamento de uma procuradora da República no sentido da defesa do modo de vida tradicional foi significativo ao final do Encontro. Para ela, “as comunidades tradicionais criaram uma maneira de resistência a esse formato de desenvolvimento predatório da nossa sociedade”. O Encontro demonstrou que é possível (além de legalmente permitido) o uso compartilhado dos recursos naturais pelas comunidades com o objetivo da conservação. Como resultado do Encontro foi constituída uma Mesa de Diálogo Permanente, mediada pelo Ministério Público Federal, para discutir e buscar soluções para os conflitos socioambientais, principalmente entre as UCs e as comunidades tradicionais²².

A Câmara Técnica das Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina – CTPTUC, criada em 2007, é outro exemplo de espaço de gestão social em Paraty, com presença da sociedade civil, cujo propósito principal é atuar na consolidação da identidade territorial, na articulação e no fortalecimento institucional, garantindo a participação dos diferentes grupos de interesse, de forma a influenciar as políticas públicas e a valorização da sociobiodiversidade junto às UCs.

Um dos papéis importantes da CTPTUC tem sido o de mediador de conflitos, já que o Mosaico da Bocaina abrange 18 unidades de conservação em 14 municípios do Vale do Paraíba do Sul e litoral norte do estado de São Paulo, além daquelas presentes nos

²¹A implementação da educação diferenciada em Paraty se efetiva através do Plano Municipal de Educação de Paraty, e é fruto de um trabalho do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada, que atua junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Ver detalhes em França, Santos e Santos (2019).

²²Ver a matéria com a descrição e detalhes do Encontro, disponível no blog “Preservar é Resistir”, <<http://www.preservareresistir.org/boletim1>>, acesso em 02/04/18. Ver também Lourival et al (2019, p. 203 - 204).

municípios do litoral sul do estado do Rio de Janeiro. A maior parte das unidades de conservação que compõem o Mosaico Bocaina apresenta algum tipo de ocupação humana em seu interior, em boa parte composta por povos e comunidades tradicionais, como caiçaras, quilombolas e indígenas, além de posseiros. Assim, a atuação da CTPTUC tem sido a identificação, discussão e encaminhamento de soluções para aquelas que são consideradas as maiores fontes de conflitos dentro da área de influência do Mosaico da Bocaina, que são os conflitos fundiários (com origem na grilagem e nos licenciamentos irregulares para construção de condomínios e empreendimentos turísticos), e os conflitos entre as unidades de conservação ambiental e as comunidades tradicionais.

A CTPTUC também tem sido um espaço significativo para a discussão e conhecimento do processo de recategorização das unidades de conservação ambiental pertencentes ao Mosaico da Bocaina, e que afeta diretamente as populações residentes na atual Reserva Ecológica da Juatinga - REJ²³. Como pressupostos a esse processo estão a necessidade de atender a legislação do SNUC (a qual obriga o Estado a recategorizar a REJ), a proteção dos remanescentes da Mata Atlântica nesta área, a diminuição dos conflitos devidos à sobreposição das áreas da UCs com as comunidades, e o reconhecimento e a garantia da participação efetiva das comunidades tradicionais nos processos decisórios da CT-PTUC. Os caiçaras estão presentes na região há cerca de 300 anos, e o domínio de suas terras se dá através de posses, com pouquíssimas escrituras. Mesmo que exerçam atividades relacionadas ao turismo, os caiçaras ainda dependem da pesca artesanal, com a presença de 45 cercos²⁴ no entorno da REJ, mas sempre consorciadas com outras atividades complementares, como a agricultura.

Os movimentos sociais presentes em Paraty atuam como ações sociais coletivas, de caráter cultural e sociopolítico, e trazem a organização e expressão dos sujeitos políticos a partir de suas demandas, e de seus projetos coletivos de vida e de sociedade. Suas dinâmicas de ação se constituem através de diferentes estratégias, desde manifestações, paralizações, protestos e atos políticos, a divulgação de manifestos e cartas políticas, a organização de espaços de intercâmbio de experiências, até o compartilhamento de recursos e interesses comuns através do estabelecimento de alianças. A ideia de movimento social é aqui retratada como uma ação conflitiva, diante de um contexto de conflitualidade presente no território.

Assim, a defesa de um território envolve a defesa de um complexo padrão de relações sociais baseadas no local e de construções culturais; ela também implica na criação

²³Para mais detalhes sobre a percepção das comunidades caiçaras nesse processo, ver a dissertação de mestrado de Cavalieri (2003) e, ver também a memória da II reunião da CT-PTUC, realizada em 2011, disponível em <http://www.mosaicobocaina.org.br/documentos/documentos-mosaico-bocaina>, acesso em 24/01/2018.

²⁴Tipo de rede circular, como armadilha para os cardumes. Ver descrição detalhada deste tipo de técnica na pesca artesanal em Diegues (2005).

de um senso original de pertencimento, articulado com a construção política de um projeto de vida coletivo (ESCOBAR, 2008).

Em Paraty, essas dinâmicas de atuação têm se organizado em formato de redes, como espaços descentralizados e de relações horizontais, em torno de uma afirmação identitária e política, e de visibilidade e resistência territorial camponesa.

Considerações finais

Esse artigo traz algumas considerações sobre os elementos integrantes do longo processo de resistência territorial camponesa, desenvolvido em Paraty, através de um conjunto de estratégias percebidas em vários níveis e em diversas dimensões.

A concepção de território empregada nesta pesquisa se baseou na compreensão de um espaço socialmente construído, e dessa forma identifica a presença tanto dos conflitos e estratégias de resistência ao processo de desterritorialização, como da intensa produção cultural e do manejo ecológico dos recursos naturais, estes últimos como frutos de um longo processo coevolutivo entre sociedade e Natureza.

A análise das informações do trabalho de campo indica a existência da condição camponesa em Paraty, com origens diversas e inserida nos distintos grupos sociais presentes no território, e que aponta para a presença de um campesinato de caráter multicultural. A condição camponesa também está baseada numa racionalidade ecológica expressa na forma de manejo de natureza socioambiental, e na estratégia multiuso do território.

Através das histórias de vida relatadas pelos agricultores de Paraty pode-se constatar a centralidade da terra como traço camponês. A condição precária de acesso à terra é um elemento comum desde o início de várias dessas histórias de vida, sejam de pessoas nascidas em Paraty, em municípios vizinhos, ou até mesmo daqueles que migraram para alcançar melhores condições de vida na região. Todos relatam a situação frágil na relação com a terra desde suas origens, inclusive por parte de seus pais e avós, em condições de posses, de arrendamento, relações de parceria ou mesmo como trabalho assalariado.

O processo de territorialização do capital em Paraty tem ocorrido ao longo das últimas décadas, e de diversas formas, através de uma associação conservadora e violenta entre o capital (imobiliário e financeiro) e as estruturas de poder do Estado, como a câmara de vereadores, as instâncias judiciárias e a polícia. Estes são os elementos de expansão e acumulação do capital, exercidos através de uma estratégia que inclui mecanismos como a expropriação e a supressão do campesinato, através das ações de grilagem constantemente executadas desde meados do século passado, nos contratos forçados (e forjados) de arrendamento e comodato utilizados nas décadas de 1970 e 1980, mas que perdura até hoje com os conflitos socioambientais com as UCs.

Os movimentos sociais presentes em Paraty, através de sua organização política e atuação em forma de redes, têm contribuído para imprimir uma coesão e, conseqüente fortalecimento, das diversas pautas de interesse das populações tradicionais e dos camponeses. Neste sentido, as redes passam a ter um caráter de mobilização social e política, o que pode ser percebido na atuação do FCT, na participação comunitária na CTPTUC (Mosaico da Bocaina), e nas ações diversificadas que envolvem o OTSS.

As estratégias de resistência, diversificadas e heterogêneas, se entrelaçam em diversos momentos, como ocorre por exemplo nas dinâmicas que envolvem a AARJ, hoje também integrada em outras frentes temáticas de luta como Justiça Ambiental, Saúde Coletiva, Segurança e Soberania Alimentar, Reforma Agrária, Feminismo, dentre outras.

Estes espaços representam a oportunidade de tornar visíveis os temas de interesse desses grupos, como os de reconhecimento identitário e cultural, mas também são espaços de denúncia dos conflitos fundiários constantes envolvendo o campesinato, de um lado, e os grileiros e as unidades de conservação ambiental, de outro. São estratégias diversificadas que conferem unidade na luta política do campesinato no território, contra o capital.

Longe de representar um atraso, o campesinato traz inúmeros e valiosos ensinamentos sobre suas estratégias de recriação e adaptação às sociedades ditas modernas, e de resistência às incontáveis investidas do capital sobre seus territórios. Os camponeses e sua forma de apropriação dos recursos naturais, realizada dentro de uma racionalidade ecológica, tem sabido manter as bases de reprodução biótica em seus territórios, construindo uma noção endógena de sustentabilidade.

O fortalecimento do campesinato no mundo exige, entre muitas outras iniciativas, uma pesquisa e estudo com forte conteúdo interdisciplinar, além de um compromisso social e político. Através desse artigo, e ao descrever parte da história social do campesinato em Paraty, espera-se contribuir para a visibilidade do modo de vida camponês e para o fortalecimento de sua autonomia, reafirmando a importância dos camponeses como sujeitos políticos dos processos sociais nos territórios.

Referências

BARTRA VERGÉS, Armando. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, Cultura Acadêmica/São Paulo. 2011, 339 p.

CAVALIERI, Lúcia. **A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga**. 2003. 193p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo.

DAFLON, R. **O controverso condomínio de Paraty que criou praias exclusivas para seus bilionários**: seguranças, praias de difícil acesso: assim é o condomínio que divide comunidades caiçaras. EL PAÍS. 01 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/politica/1511987264_462758.html>. Acesso em 16/02/2018.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 484 p.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Enciclopédia Caiçara, volume IV**. História e memória caiçara. HUCITEC/NUPAUB/USP, São Paulo/SP, 2005, 465 p.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference**: place, movements, life, *redes*. Duke University Press, Durham and London, 2008, 435 p.

FRANÇA, Indira Alves; SANTOS, Laura Maria dos; SANTOS, Ronaldo dos. Educação diferenciada. In: Gallo, E.; Nascimento, V. (org.). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina**: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty/RJ, FIOCRUZ, 2019, p. 256 – 285.

FRANCESCO, Ana Alves de. **Territórios em disputa**: o caso dos caiçaras da Cajaíba. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis/SC, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-334-549-20100909151505.pdf>. Acesso em: 27/03/2018.

FUNDAÇÃO CEPERJ - **Contribuição para a construção de identidades étnicas**: relatório analítico e perfil sócio econômico preliminar das comunidades quilombolas e indígenas do Estado do Rio de Janeiro. 2010, 39 p. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/img/Editora%C3%A7%C3%A3o%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>. Acesso em: 17/04/2018.

GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (org.). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina**: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty/RJ, FIOCRUZ, 2019, 332 p.

GARROTE, Valquíria. **Os quintais caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty/RJ**. 2004, 198 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-24092004-114015/pt-br.php>. Acesso em: 12/04/2014.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: Fernandes, B. M.; Medeiros, L. S.; Paulilo, M. I. (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. Volume 2. Editora UNESP, São Paulo/S.P., 2009, p. 339 – 366.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. CADERNOS CRH/UFBA, Salvador/BA, v. 21, n° 54, p. 439-455, Set/Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>>. Acesso em: 14/06/2015.

GOLLO, Alexandre et al (Orgs.). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro**: caderno de experiências agroecológicas. AS-PTA e PACS, Rio de Janeiro. ISBN: 978-85-87116-17-8.2014, 249 p.

GUZMÁN CASADO, Gloria; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manoel. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Mundi Prensa, Madrid, 2000; 535 p.

LADEIRA, Maria Inês; FELIPIIM, Adriana Peres. Apoio à conservação ambiental de terras guarani e às atividades tradicionais de subsistência. In: Diegues, A. C; Viana, V. M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. Ecologia e Cultura. 2ª ed., Editora HUCITEC/NUPAUB, São Paulo/SP, 2004, p. 252 – 263.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis/Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2009, 439 p.

LINHARES, Elizabeth Ferreira et al. **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora do CPDA- Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade /Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002, 216 p.

LOURIVAL, Thatiana et al. Justiça Socioambiental: construindo caminhos para a permanência das comunidades da Bocaina em seus territórios tradicionais. In: Gallo, E.; Nascimento, V. (org.). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty/RJ, FIOCRUZ, 2019, p. 198 – 208.

MELLO, Diuner. A ocupação humana de Parati. In: Diegues, A.C. (org.). **Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e memória caiçara**. HUCITEC/NUPAUB/USP, São Paulo/SP, 2005, p. 221 – 238.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Processos e transformações no litoral sul fluminense**. Publicação mimeografada de abril de 1983, revisada e digitada em julho de 2010. Disponível em: <http://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/>. Acesso em: 24/02/2014;

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. Yale University Press, New Haven and London, 1985, 389 p.

SIQUEIRA, Priscila. **Genocídio dos Caiçaras**. Massao Ono/Ismael Guarnelli Editores, 1ª ed., São Paulo/SP, 1984, 94 p.

STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald. **Redes sócio técnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro**. 2016. 259 p. Tese (Doutorado em Agroecologia) - Programa de Recursos Naturais e Gestão Sustentável, Universidade de Córdoba/Espanha. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10396/13258>>. Acesso em 13/02/2018.

TOLEDO, Víctor Manuel. “La racionalidad de la producción campesina”. In: Sevilla Guzmán, E.; González de Molina, M. (Ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1993, p. 197 – 218.

VENTO CONTRA. Direção de Adriana Mattoso. OCA CINEMATOGRAFICA. Produção executiva de Francisco Ramalho Jr. 1981. Documentário em 16 mm, com 37'24". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AEIldstzzQ8E>>. Acesso em: 11/10/2014.

Guilherme Freitas Ewald Strauch – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Agroecologia pela Universidade Internacional de Andaluzia (UNIA). Doutorado em Agroecologia pela Universidad de Córdoba (Espanha). Atualmente é extensionista rural da EMATER Rio de Janeiro. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-1686-1051>.

Como citar este artigo

STRAUCH, Guilherme Freitas Ewald. A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 205-230, jan.-abr., 2020.

Recebido para publicação em 22 de outubro de 2018.

Devolvido para a revisão em 13 de julho de 2019.

Aceito para a publicação em 18 de agosto de 2019.
